



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

REQUERIMENTO Nº 100/25

CONSIDERANDO que, uma das preocupações deste Vereador, no atual mandato, visa garantir o bem-estar e atendimento aos munícipes;

CONSIDERANDO que, este vereador foi procurado por munícipes que utilizavam o suporte da extinta AGERV (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Votorantim), a qual acompanhava os serviços efetuados pela Empresa Concessionária Águas de Votorantim;

CONSIDERANDO que, atualmente a Prefeitura Municipal de Votorantim mantém Convênio de Cooperação com a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ, a qual está situada a cerca de 120 Km de nosso município;

CONSIDERANDO que, não há um escritório físico da ARES - PCJ em nossa cidade; e por esse principal motivo, os munícipes têm dificuldades de acesso para se dirigirem à essa agência (mesmo que, via telefone). Frise-se ainda que, no tempo que funcionava a AGERV, o contato do munícipe com a agência era imediato, e, conseqüentemente, o retorno também; e

CONSIDERANDO que, “a autarquia AGERV tinha total autonomia financeira, administrativa e jurídica, sem precisar de verba pública para seu funcionamento”, e, segundo informações que chegaram a este vereador, no momento de sua extinção, a AGERV estava com uma reserva considerada em seu cofre e já com planejamento para construção de uma sede própria.

Diante do exposto, **REQUEIRO** à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, que se oficie ao **Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal**, para que nos informe o seguinte:

- A atual gestão municipal poderia informar qual foi o verdadeiro motivo que a AGERV (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Votorantim) foi extinta?
- O Executivo poderia nos informar qual o valor que estava disponível nos cofres da AGERV por ocasião de sua extinção? E, onde foi aplicado esse valor?
- Caso a Administração não tenha essa informação, o Executivo poderia instaurar uma sindicância, haja vista tratar-se de dinheiro público?
- O Executivo poderia enviar para conhecimento desta Casa de Leis uma cópia (de capa e capa) do processo de convênio firmado com a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ?

APROVADO
SESSÃO ORDINÁRIA
SIS 15/04/2025

Presidente

DIEGO DE PAIVA NUNES
Vereador

Ronaldo Furquim de Camargo
(Ronaldo Camargo)
2º Secretário

Daniel Moreira e Souza
(Daniel da Farmácia)
Vereador

Luciano Santos da Costa
(Prof. Luciano da Camp)
1º Secretário

Adilson Tiago Dos Santos (ITA)
Vereador

Plenário "Pedro Augusto Rangel", em 15 de abril de 2025.